



**Presidência da República  
Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

**Resumo Executivo da 181ª Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – Realizada nos dias 10 e 11 de Fevereiro de 2010**

**ABERTURA:**

Às nove horas da manhã do dia dez de fevereiro de 2010, no Auditório do Ministério das Comunicações, Bl. "R" em Brasília, deu-se início à Centésima Octogésima Primeira Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida pela Presidente Sra. Carmem Silveira de Oliveira. Estando presentes os **Conselheiros: Representantes de Órgãos Governamentais Titulares:** Sra. Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo – Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS; Sra. Andrea Costa Magnavita – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Sra. Cristina de Fátima Guimarães – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Estiveram ainda presentes os **Representantes de Órgãos Governamentais Suplentes**, que assumiram a titularidade nesta Assembléia: Sra. Danielly dos Santos Queirós – Ministério da Educação; Sra. Maria de Lourdes Magalhães – Ministério da Saúde; Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires – Ministério da Justiça e a Sra. Cícera Bezerra de Moraes – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Estiveram também presentes os **Representantes de Órgãos Não-Governamentais Titulares:** Sra. Miriam Maria José dos Santos – Inspetoria São João Bosco – Salesianos; Sr. Fábio Feitosa da Silva – União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE; Sra. Raimunda Núbia Lopes da Silva – Central Única dos Trabalhadores – CUT; Sra. Maria Luiza Moura Oliveira – Conselho Federal de Psicologia Sra. Helen Crystine Corrêa Sanches – Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Justiça, da Infância e da Juventude/ABMP; Sr. Sérgio Eduardo Marques da Rocha – Aldeias Infantis SOS/Brasil; Sra. Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Sr. Ariel de Castro Alves – Movimento Nacional de Direitos Humanos; Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda – OAB/SE; Sra. Maristela Cizeski – Pastoral da Criança/CNBB; Carlos Eduardo Nery Paes – Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP e a Sra. Tiana Sento-Sé – Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social – IBISS. Estiveram ainda presentes os **Representantes de Órgãos Não-Governamentais Suplentes:** Sra. Renata Rodrigues Flores Alves – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Sr. Welinton Pereira da Silva – Visão Mundial – VMB; Sr. Francisco Rodrigues Correa – Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF; Sra. Sílvia de Mattos Duarte – Associação Brasileira de Autismo; Sra. Daniella Hiche – Assembléia Espiritual Nacional dos Bahá'ís do Brasil e a Sra. Aracélia Lúcia Costa – Federação Nacional das APAE's – FENAPAES.

**Item I: Abertura, Informes e Aprovação da Pauta:**

Com a palavra, a Presidente Carmem Silveira de Oliveira abriu a plenária saudando a todos os presentes e informando que na pauta da reunião constava: 1)

Ada Moura  
Márcia Ribeiro  
A

Aprovação das 8 Atas pendentes; 2) Contextualização e encaminhamentos referentes ao Programa Nacional de Direitos Humanos 3; 3) Balanço das ações desenvolvidas, gestão do CONANDA em 2009, incluindo a avaliação da 8ª Conferência; 4) Discussão do planejamento para 2010, incluindo definição das prioridades; 5) Diretrizes para reestruturação político-administrativa do CONANDA; 6) Processo de elaboração do Plano Decenal e a designação de conselheiros do CONANDA para a Coordenação do GT Interministerial; e 7) Aprovação e votação do Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil; 5) Continuidade da votação da Resolução dos CTs.

#### **Item II – Aprovação das atas pendentes:**

Com a palavra, a Presidente, Sra. Carmem Silveira de Oliveira informou sobre a sugestão, encaminhada pela Sra. Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, para que a mesma fosse aprovada na reunião do dia seguinte; sendo colocada em votação, foi aprovada. A Presidente, Sra. Carmem Silveira de Oliveira interrompeu a pauta para inclusão da solicitação de agenda da Deputada Érika Kokay – PT/DF, trazida à plenária pela Sra. Maria Luiza Moura, para as mães dos meninos de Luziânia que, colocada em discussão, ficou definido que haveria uma conversa no primeiro horário da tarde.

#### **Item III – Contextualização e encaminhamentos referentes ao Programa Nacional de Direitos Humanos 3:**

Na sequência, a Presidente, Sra. Carmem Silveira de Oliveira deu uma panorâmica sobre o PNDH3, ressaltando que houve uma adesão importante de vários titulares de ministérios do Governo Federal. Expôs ainda sobre algumas falhas apontadas no Programa pelo Secretário Nacional dos Direitos Humanos, Ministro Paulo Vanucci, falando ainda sobre a necessidade, apontada por ele, de reconstrução das relações no interior do próprio governo, especialmente entre as áreas de que se esperava maior retaguarda nas discussões, ou seja, a construção de um consenso, esgotando as possibilidades até o último momento. Reiterou que, em sua avaliação, o PNDH3 não foi suficientemente pautado e que o debate sobre os sistemas, por exemplo, da igreja, sempre foi secundarizado, alertando sobre assuntos que atravessam a área de criança e adolescente, como, por exemplo, a união homoafetiva, a adoção por casais homoafetivos e o aborto. O Sr. Welinton Pereira da Silva da Visão Mundial – VMB falou sobre a infinidade de igrejas protestantes afinadas com o discurso de direitos humanos e propôs um debate entre as várias denominações, o que foi reiterado pela Sra. Miriam Maria José dos Santos da Inspetoria São João Bosco – Salesianos. A Sra. Cristina de Fátima Guimarães falou sobre a necessidade de buscar alianças de pessoas não fundamentalistas que são defensores dos direitos humanos. A Presidente, Sra. Carmem Silveira de Oliveira, propõe a escolha do nome de um conselheiro para fazer a interlocução do CONANDA nas reuniões do fórum de interconselhos; Deverá ser constituído um “dossiê”, com todas as notas de apoio ao plano, para que se tenha um diagnóstico e assim poder “enxergar” os pontos de apoio para o Plano Decenal; O CONANDA difundirá as ações do PNDH-3, informando sempre que suas medidas estão em consentimento com o plano. Dessa maneira, se apropria do debate acerca do PNDH-3, e deverá ser elaborada uma “separata” sobre as questões referentes ao CONANDA a partir da elaboração de uma cartilha; elaboração de um comparativo sobre a matéria “Criança e Adolescente” entre o PNDH-2 e o PNDH-3, que já foi iniciado pela Sra. Carmen e que compromete em finalizá-lo. A Sra. Helen Crystine Corrêa Sanches se manifestou no sentido de que o CONANDA deve se apropriar mais sobre o tema e discutir os pontos polêmicos. A Presidente, Sra. Carmem Silveira de Oliveira encerra o primeiro ponto da pauta agregando a sugestão de apresentação do PNDH3 na próxima assembléia.

#### **Item IV – Balanço das ações desenvolvidas, gestão do CONANDA em 2009,**

### **Incluindo a avaliação da 8ª Conferência:**

A Sra. Carmem Silveira de Oliveira convidou as Coordenações das Comissões para tomarem assento à mesa e fazerem um relato verbal. A representante da Comissão de Políticas Públicas colocou como pontos positivos em 2009 a articulação conjunta do CONANDA com o CNAS; os debates em relação ao Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, que foram, bastante produtivos; o acompanhamento do PL do SINASE; a repercussão da presença do CONANDA na Assembléia Descentralizada no Espírito Santo; a articulação com o Conselho Nacional de Justiça; a articulação com o MEC em relação ao programa Bolsa Família; as videoconferências e as web conferências realizadas pelo CONANDA em 2009. E como pontos que faltaram no ano de 2009: a falta de posicionamento do CONANDA frente às várias violações dos direitos das crianças e adolescentes que ocorreram durante o ano de 2009 e a participação insipiente do CONANDA no PNDH3. Em seguida, a representante da Comissão de Mobilização e Informação avalia que essa foi uma comissão que não acabou uma série de coisas: conselho tutelar, resolução não foi votada; o planejamento, não foi finalizado. Como pontos positivos destacou a participação em espaços como na RENADI; a participação no encontro com as universidades, escolas de conselhos; a articulação com o CNAS; Assembléia Descentralizada. Na sequência, a representante da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar pontuou as várias dificuldades enfrentadas, inclusive a substituição da Coordenação, assumida em caráter provisório pela Sra. Maria de Lourdes Magalhães. Falou sobre alguns posicionamentos, como, por exemplo, as notas do caso Sean; a questão do aborto em Pernambuco; o toque de recolher; a articulação com o CNJ; a participação direta na tramitação do projeto da diminuição da idade penal, dos SINASE, da lei de adoção, da classificação indicativa. Apontou como ponto fraco a não intervenção e a participação mais efetiva no PNDH3. Por fim, incluiu como ponto positivo a agenda com o Ministro Ares Brito, para discutir com o TSE, a eleição do conselho tutelar. A Presidente, Sra. Carmem Silveira de Oliveira, fez o relato da Comissão de Orçamento e Finanças, pontuando como ponto negativo o atraso na publicação dessa resolução; referente à matriz do OCA, aguardar-se-á a formatação desta matriz de programas e ações que vem do plano decenal para que a seguir algum parceiro conveniado, alguma entidade possa construir então a matriz do OCA; sobre o acompanhamento das comissões intersetoriais com vistas a influenciar no processo do ciclo orçamentário, foi avaliado que talvez nem seja uma ação importante a ser considerada daqui para frente; foi identificada uma lacuna por falta de conhecimento dos orçamentos de vários ministérios referentes a área de criança e adolescente. Sobre o tema da política da captação de recursos ao Fundo Nacional, avaliou o posicionamento como sendo reativo na captação de recursos. Como ponto positivo, em relação à qualificação de gestão do Fundo Nacional, destacou a evolução com o edital. Em relação ao tema "contingenciamento", informou que foi executando um orçamento para além do que foi disponibilizado. O CONANDA deverá se manifestar sobre todas as Notas Técnicas através da CDHAP. A senhora Mirian Maria José dos Santos propõe que o CONANDA publique uma resolução implementando a Escola Nacional de Conselhos. Na sequência, a Presidente, Sra. Carmem Silveira de Oliveira fechou o tema do balanço do planejamento e, em seguida, informou sobre o acordo feito com o Secretário Executivo do CONANDA, Sr. Benedito dos Santos, em que ele permanece, até final de fevereiro de 2010, vinculado a SEDH, sendo convidado como consultor para acompanhar a formulação do Plano Decenal, informando que o Sr. Walisson assume, oficialmente, a função de Coordenador. O Secretário Executivo do CONANDA, Sr. Benedito dos Santos solicitou poder apresentar na próxima plenária um balanço sobre sua gestão. A Sra. Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski propôs colocar para aprovação do Conselho a saída do secretário executivo e a entrada do novo secretário executivo. Foram feitas várias manifestações de apoio e agradecimentos ao atual Secretário Executivo do CONANDA,

Sr. Benedito dos Santos e muitas deliberações sobre o assunto. A Presidente, Sra. Carmem Silveira de Oliveira, encerrou as manifestações do dia. Dando prosseguimento ao segundo dia de trabalho foram discutidos os pontos que seguem:

**Item V – Aprovação das atas pendentes:**

Com a palavra, a Presidente, Sra. Carmem Silveira de Oliveira submeteu à aprovação a Ata da Centésima Quinquagésima Oitava Reunião, tendo sido aprovada. Em seguida foi aprovada a Ata da Centésima Septuagésima Oitava Reunião. Na sequência, foram aprovadas as Atas da Centésima Septuagésima Nona Reunião e Ata da Centésima Octogésima Reunião, ambas com algumas retificações pertinentes.

**Item VI – Avaliação da 8ª Conferência:**

A Presidente, Sra. Carmem Silveira de Oliveira, solicitou a integração à mesa dos integrantes da Comissão Organizadora e fez a apresentação do relato da Comissão de Orçamento e Finanças, fazendo vários destaques positivos, como a avaliação manifesta pelos Estados; a sistematização prévia das deliberações nos Estados; a participação dos adolescentes que demonstraram estarem envolvidos com a temática, com um bom grau de informação; a realização da Cidade dos Direitos. Com a falta dos relatos das demais comissões, passou a palavra à Coordenadora, Sra. Maria Julia Rosa Chaves Deptulski, que explicou que, por não haverem se reunido para fazer a avaliação, ela passaria sua avaliação pessoal. Destacou a importância da integração dos conselheiros e o fato de ficarem reunidos dois dias antes para discussão e tomada de decisões, principalmente, com relação a gastos que permitiriam a participação de todos os Estados. Destacou a flexibilidade dos dirigentes da empresa organizadora do evento; falou ainda sobre a atitude do CONANDA ter assumido a discussão da metodologia da Cidade dos Direitos, tornando-a uma das atividades da Conferência. Destacou como pontos negativos a falta de acompanhamento por um conselheiro; o fato de a delegação de Brasília não ter sido hospedada, já que geograficamente, estava distante. Comentou sobre o fato positivo de a comissão fazer o trabalho em coletivo. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Benedito dos Santos que destacou a importância política da Conferência no contexto da história das conferências e no contexto do momento que o Brasil está vivendo. Comentou sobre algumas dificuldades enfrentadas na tomada de decisões que tinham que ser de imediato e o fato de a comissão não estar completa, reunida naqueles momentos complicou a situação. Destacou o fato de os Estados não mandarem as fichas de inscrição em tempo hábil, nem preencherem todos os critérios, o que impactou de forma negativa na conferência em termos de hospedagem. Esclareceu sobre a necessidade de preparação da próxima conferência com mais antecedência, ainda este ano. Expôs sobre a necessidade de definição do papel de cada conselheiro na conferência. Destacou a importância de se fazer ata das reuniões com as empresas contratadas para maior clareza das demandas. Finalizando, pontuou como ação positiva a Cidade dos Direitos. Com a palavra, a Sra. Maristela Cizeski apontou falhas em toda a estrutura de previsão organizacional. Ratificou as palavras do Sr. Benedito dos Santos em relação ao acompanhamento prévio do conjunto. O Senhor Carlos Eduardo Nery Paes ressaltou a necessidade de dar mais atenção à segurança nos eventos e finalizou parabenizando à comissão organizadora. A Sra. Glícia Thaís Salmeron de Miranda falou sobre a importância de avaliar a participação efetiva de cada Estado – Ministério Público, Poder Judiciário – ao longo de toda a Conferência. Com a palavra, a Sra. Tana Sento-Sé destacou a importância da preparação das pessoas enquanto CONANDA para as conferências, salientando que, ao invés de fazer uma panorâmica nacional nas conferências estaduais, se deveria adaptar o material à realidade municipal. A Sra. Helen Crystine Corrêa Santos falou sobre a mudança na programação e a falta de organização em relação às mini plenárias e propôs que se traga na próxima plenária uma avaliação

dos facilitadores para que seja usada como referência para as próximas conferências. A Sra. Raimunda Núbia Lopes da Silva destacou a importância de um tempo maior para a discussão da construção de conferências futuras. A Sra. Maria Luiza Moura sugeriu que avaliações que foram feitas nos conceitos fossem remetidas ao CONANDA para que se tenha uma documentação do reflexo nos estados. A Sra. Maria de Lourdes Magalhães ratificou a participação dos adolescentes. Com a palavra, a Presidente, Sra. Carmem Silveira de Oliveira, sugeriu que deverá começar a pensar subcomissões de trabalho envolvendo todos/as conselheiros/as; que se faça uma consolidação do texto da avaliação em um documento para além da ata e que se faça circular este documento com pedido de "feedback" de todo processo. A Conferência de 2011, deverá ser antecipada, preferencialmente para o mês de outubro.

#### **Item VII – Aprovação e votação do Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil:**

Com a palavra, o convidado, Sr. Leonardo, responsável por esta política no Ministério do Trabalho e Emprego fez a apresentação do Plano a partir do diagnóstico preliminar do trabalho infantil no Brasil. Depois de comentários, reflexões e sugestões, a Presidente, Sra. Carmem Silveira de Oliveira sugeriu que o diagnóstico ficasse complementado com a análise das políticas públicas que foram desenvolvidas e, encerrando o tema, ficou decidido que a aprovação será em conjunto CONAETI e CONANDA.

#### **VIII – Audiência Pública – escuta das “Mães de Luzitânia”:**

Dando segmento, na parte da tarde, foi aberta audiência pública a pedido da Deputada Érika Kokay – PT/DF – de uma escuta das mães de Luzitânia acerca do desaparecimento de seus filhos adolescentes. Em mesa composta pela Presidente, Sra. Carmem Silveira de Oliveira, Sra. Valdirene Fernandes, porta voz do grupo de mães, Deputada Érika Kokay, Dr. Firmino Fecho – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e Sra. Maria Luiza Oliveira, coordenadora da Comissão de Ação Parlamentar e Direitos Humanos do CONANDA e representa o Conselho Federal de Psicologia, a Deputada Érika Kokay ressaltou a mobilização em relação ao caso dos adolescentes desaparecidos. Falou sobre a preocupação com a estrutura do município no processo de investigação e a falta de respostas da Secretaria Municipal ou do delegado do município, no sentido de apontar alguma coisa mais concreta. Solicitou ao CONANDA o acompanhamento do processo, buscando relatos, envolvendo o conjunto dos órgãos que tem representação no CONANDA, com vistas a somar forças. Finalizando, parabenizou as mães e familiares por sua capacidade de romper limites, enfrentando o desconhecido em defesa dos seus filhos. Com a palavra, o Sr. Firmino Fecho enfatizou o descaso da polícia local com o caso. A Sra. Núbia Lopes da Silva sugeriu que, na assembléia descentralizada, em março, se priorizasse o tema. o Sr. Ariel de Castro Alves propôs a manifestação através de documento ao Governador e ao Procurador Geral de Justiça de Goiás, em relação à falta de condições da polícia encarregada do caso de continuar investigando. Foi deliberado ainda que deverá ser realizada a próxima Assembléia Descentralizada no Município de Luzitânia-GO; Agilizar a inclusão dos jovens no Cadastro de pessoas desaparecidas da SEDH; Fazer uma Manifestação Pública de forma oficial; Elaborar ações articuladas com a PRF, PF e outros órgãos; Criar comissão de acompanhamento junto a Secretaria Nacional de Justiça; Criar um canal de comunicação direta com as mães; Solicitar manifestações e ações do Ministério Público e do conselho municipal; Reforçar a divulgação no Sistema de Garantia de Direitos; Participar de reunião com as mães no dia 17/02, em que o Sr. Walisson foi designado para essa missão. Comentários finais e despedida.

#### **Item IX – Definição de pauta para a próxima reunião:**



Com a palavra, a Presidente, Sra. Carmem Silveira de Oliveira sugeriu que dois pontos fiquem para a próxima reunião: o Planejamento para 2010 e as Diretrizes para reestruturação, porém as Comissões deverão encaminhar a sistematização do que foi proposto para socialização e facilitação do processo de planejamento, no que houve consenso e aprovação. Ficou acordado que o grupo chancela, temporariamente, a indicação da Margarida, e na próxima plenária o grupo terá a devida conversa pra conhecimento mútuo, maior, para que se possa apreciar o caso com mais propriedade. Colocada em discussão a data da próxima reunião, foi proposto pela Sra. Mirian Maria José dos Santos, que se realize a plenária nos dias 15, 16 e 17, sendo que o dia 15 será destinado para a reunião dos Grupos de Trabalho das comissões, no que houve consenso. Será instalado o Grupo de Trabalho Interministerial no dia 05 de março. Caso os órgãos federais não indiquem seus representantes, os Conselheiros governamentais já estarão convocados até a indicação definitiva da parte governamental. Os Conselheiros Malú e Fábio, representarão o CONANDA provisoriamente no GTI, até que os Conselheiros da Sociedade Civil indique um nome definitivo. O processo de elaboração do Plano Decenal e a votação da Resolução de Conselhos tutelares foram adiados para a próxima assembléia.

Q